

Sumário

| | |
|---|----|
| Prefácio – Um mundo de alternativas imperfeitas | XI |
| Introdução | 1 |
| 1 Estado de Coisas Inconstitucional | 5 |
| 1.1 Aspectos teóricos | 5 |
| 1.1.1 Definição e Requisitos..... | 5 |
| 1.1.2 Litígio e sentença estrutural..... | 13 |
| 1.1.3 Monitoramento e Superação..... | 20 |
| 1.1.4 Efeitos..... | 24 |
| 1.2 Origem do ECI na Colômbia | 29 |
| 1.3 Jurisprudência da Corte Colombiana..... | 31 |
| 1.3.1 Etapa do iluminismo constitucional..... | 33 |
| 1.3.1.1 Caso dos docentes municipais | 33 |
| 1.3.1.2 Caso dos aposentados..... | 35 |
| 1.3.1.3 Caso da população carcerária | 37 |
| 1.3.1.4 Caso dos notários..... | 42 |
| 1.3.2 Etapa do tenebrismo constitucional | 43 |
| 1.3.3 Etapa de renascimento..... | 45 |
| 1.3.4 Etapa crítica de reflexão dialógica | 49 |
| 1.4 Recepção pela Suprema Corte no Brasil..... | 52 |
| 1.4.1 Sistema Carcerário (ADPF nº 347/DF) | 54 |
| 1.4.2 Meio Ambiente (ADO nº 60/DF c/c ADPF nº 708/DF e ADPF nº 760)..... | 62 |
| 1.4.3 População em situação de rua (ADPF nº 976) | 74 |
| 1.4.4 Sistema de patentes (ADI nº 5529/DF) | 77 |
| 1.4.5 Outras ações acerca do ECI | 77 |

| | |
|--|-----|
| 2 Valoração Constitucional do Estado de Coisas Inconstitucional | 81 |
| 2.1 Argumentos contra e resposta às críticas..... | 81 |
| 2.1.1 Violação da divisão de poderes | 81 |
| 2.1.2 Ausência de legitimidade democrática e capacidade institucional da Suprema Corte | 90 |
| 2.1.3 Objeção à inconstitucionalidade da realidade empírica e discricionariedade judicial | 101 |
| 2.2 Argumentos a favor..... | 110 |
| 2.2.1 Tutela efetiva dos direitos fundamentais | 110 |
| 2.2.2 Superação dos bloqueios políticos e institucionais | 116 |
| 3 Problemas Constitucionais | 121 |
| 3.1 Omissão Inconstitucional..... | 121 |
| 3.1.1 Conceito, fundamentos e requisitos..... | 121 |
| 3.1.2 Controle da omissão no Brasil e no Direito Comparado | 136 |
| 3.1.3 Proteção deficiente dos direitos fundamentais e falhas estruturais como omissão inconstitucional..... | 157 |
| 3.1.4 Inconstitucionalidade de um estado de coisas: entre facticidade e normatividade..... | 164 |
| 3.2 Ativismo Judicial vs Atuação Judicial Dialógica..... | 168 |
| 3.2.1 Ativismo Judicial: construção conceitual e distinções terminológicas..... | 168 |
| 3.2.2 Atuação Judicial Dialógica e Estado de Coisas Inconstitucional | 178 |
| 4 Proposta de Reformulação do ECI | 189 |
| 4.1 Tutela de minorias | 191 |
| 4.2 Proteção do meio ambiente..... | 203 |
| Considerações Finais | 211 |
| Referências Bibliográficas | 215 |